

# Valle alerta para perda da dignidade

O presidente do Partido Liberal, deputado Alvaro Valle (RJ), está preocupado com a perda crescente da noção de dignidade pública, que atinge desde os vereadores até alguns constituintes. "Há pessoas — observa — que saem de reuniões para entrevistas à imprensa, quando deveriam sair em um camburão para a delegacia mais próxima".

— A grande maioria da Nação não conhece os ministros. Com as exceções de praxe, nada representam. São escolhidos não por sua competência ou talento, mas frutos de arranjos baratos e bastardos. Não têm o respeito da Nação, nem o merecem — comenta.

## FUTURO

Convencido de que o PFL tem um grande futuro, porque "não nasceu nos quintais dos palácios nem nos corredores das câmaras", Alvaro Valle quer o partido empenhado "na restauração dos valores éticos na política brasileira e com o liberalismo social como programa".

Impressiona-o "a desfaçatez com que lotelam Ministérios, dividem cargos para aliciamento eleitoral e para locupletarem-se de dinheiros públicos, como se este País fosse uma fazenda que lhes pertencesse. Esses arranjos caracterizam crime de prevarica-

ção. E nos roubam o dinheiro de impostos, às claras, saindo de reuniões para entrevistas. Deveriam sair em um camburão para a delegacia mais próxima".

O quadro é, a seu ver, frustrante. "Foi-se perdendo a noção da dignidade da função pública. Em vez de servir, querem servir-se do poder. Agarram-se aos cargos, às casas de luxo, que nós pagamos, com suas piscinas e seus ridículos carros oficiais. Com o dinheiro de nossos impostos, apenham suas funções, divulgando-se, gastando em reuniões permanentes. Isso não pode continuar".

## POLITICA

Com isenção, observa o presidente do PL que não é só "os políticos do Executivo que desrespeitam a Nação. Vereadores reúnem-se em congressos, também com dinheiros públicos, para discutir apenas seus privilégios, suas imunidades e seus salários. Constituintes, que pouco se preocupam com o País real, preferem discursos demagógicos que lhes assegurem as manchetes".

Alvaro Valle acentua que, infelizmente, "em nosso País a política ainda é a arte da nomeação de incompetentes, dos arranjos fáceis e do clientelismo barato. Temos governos, líderes e partidos que são freios para nosso desenvolvimento. O Brasil não merece os políticos que tem".

# A valorização do desenvolvimento

LUIS ROBERTO PONTES

O projeto que será agora emendado e votado no Plenário, acaba de ficar pronto na Comissão de Sistematização. Foi feito com exaustivo, sério e bem intencionado trabalho, e contém excelentes idéias. E verdade que, no afã de corrigir toda injustiça, aborda assuntos típicos de legislação ordinária, e, o que é pior, possui alguns dispositivos que, se mantidos, trarão enormes complicações para a vida do País, e, contrariamente ao objetivado, manter-nos-ão mais tempo do que o necessário no obscurantismo da pobreza e do subdesenvolvimento.

Devo testemunhar que estes equívocos contêm grande mal, mas não contêm a maldade. São, antes, frutos da busca do bem, deformados pela ignorância sobre os processos, os fatores e a realidade da produção.

Rigorosamente, dois são os objetivos básicos que deveriam nortear os trabalhos dos constituintes, como, de resto, a ação de todo homem público:

— assegurar a liberdade a cada cidadão, e

— fazer com que cada pessoa tenha acesso real aos bens materiais indispensáveis à dignidade de sua vida.

No Brasil de hoje, a liberdade é uma constatação inquestionável. O reparo que se deve fazer é de que está excessiva, na medida em que alguns, dela abusando, restringem e mutilam a liberdade dos outros, porque a segurança e a justiça não se fazem presentes.

Esta é uma questão que haverá de merecer uma atenção especial na Constituição, mas a preocupação primordial dos constituintes deveria ser a de estabelecer, na futura Carta Magna, instrumentos que contribuam, decisivamente, para tornar disponíveis, a cada brasileiro, os bens materiais a ele essenciais, o que vale dizer, a valorização da produção e do desenvolvimento pela via da livre competição e da economia de mercado. A preocupação, em suma, de construir uma Nação livre e desenvolvida, na qual os frutos desse desenvolvimento sejam equitativamente compartilhados com todos.

As origens dos equívocos que o projeto contém — gravíssimos, embora pouco numerosos — estão em duas vertentes principais:

— o desconhecimento dos processos, dos fatores e dos mecanismos da produção, e das causas do subdesenvolvimento, e

— o receio de enfrentar uma parcela da opinião pública equivocada, assim, mantida por permanentes informações populistas e mentirosas, que acenam com o céu, quando semeiam o amargor do sofrimento.

Falta a percepção mínima de que o único rumo para superar o estado de carência em que está mergulhado o País é o aumento da produção, e esta só se dará com mais trabalho e lucro

que permita acumular capital produtivo.

Não construiremos o melhor dos mundos para nós mesmos desamparados, determinando a redução da jornada de trabalho, a aposentadoria precoce, a proibição de trabalho em horas extras, a manutenção de um exército de inúteis empregados; sem trabalho, a ampliação de férias, o destímulo à eficiência e à dedicação.

Quão grandes crimes contra a justiça aos marginalizados, aos subempregados, aos pequenos assalariados, e em nome de seu bem, são praticados, inconscientemente, pelos que pugnam por:

— dar ensino público, pago pelo Governo, aos abastados;

— propiciar tratamento de saúde gratuito, aos ricos;

— conceder tempo reduzido de aposentadoria, para castas privilegiadas, como juizes, professores e engenheiros, os quais, ainda que trabalhando no conforto do ar-condicionado, são considerados como tendo condições de trabalho mais árduas do que um sergente de obras ou um operador de máquina rodoviária;

— assegurar reserva de mercado que leve à perpetuação da ineficiência, e à manutenção de privilégios pagos, no fundo, pelos pobres, por uma visão xenofoba, obsoleta, que está na contramão da história;

— ampliar a dimensão e os tentáculos de um Estado iníquo, perdulário, autoritário e clientelista;

— garantir salários populosos e pouco trabalho, a categorias beneficiadas pela influência de lobbies carregados de egoísmo, enquanto, a milhões, não é dado nem trabalho, nem salários dignos;

— mandar pagar aposentadoria aos ricos pelos últimos salários, independentemente da contribuição, o que beneficia, às custas do pobre, os executivos mais bem remunerados do País;

Tem-nos faltado capacidade para denunciar e desnudar, competentemente, os engodos populistas que levantam as massas contra si próprias, crentes de que se estão defendendo do mal. Hoje mesmo pululam, pelo Brasil, os palméis e as publicações para registrar os votos dos traidores do povo, precisamente daqueles que, sem disso tirarem nenhum proveito para si, tendo consciência de que perderão apoio popular e comprometerão seus apoios políticos, pelo bem do povo recusam-se a characelar o embuste, o engodo, a mentira, o privilégio disfarçado, votando em medidas que na ingenua aparência de grande alcance social, voltam-se, sorrateira e invisivelmente, contra os pobres e a liberdade, e consagram a injustiça, o engano e a perfídia.

Nada conseguiremos, porém, sem a proliferação dos exemplos, sobretudo, dos que governam e dos que produzem.

\*Deputado federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul